



240

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 336807-8**

Impetrantes: Dr. Plínio Leite Nunes e Drª Caroline do Rego Barros Santos

Paciente: José Gonçalves Celestino

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária da Comarca do Recife (proc. nº 0063518-59.2013.8.17.0001)

Procuradora de Justiça: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**EMENTA** – PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA E FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROCESSO CRIMINAL. ARGÜIÇÕES NÃO DEMONSTRADAS. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO DA IMPETRAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS EXCEPCIONAIS. DENÚNCIA PLENAMENTE AJUSTADA AO FIGURINO DO ART. 41 DO CPP, A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO.

1. O trancamento da ação penal por meio de *habeas corpus* constitui medida excepcional, somente admissível quando transparecem nos autos, de forma inequívoca, a inocência do acusado, a atipicidade de sua conduta ou a extinção da punibilidade, hipóteses não evidenciadas no caso concreto.
2. Contrariamente às alegações aduzidas no *writ*, a denúncia descreve como teriam ocorrido os fatos, e em que circunstâncias se deram, possibilitando a mais ampla defesa, pelo que não há falar em inépcia da peça acusatória.
3. A veracidade das imputações deverá ser comprovada no curso da instrução, quando então serão produzidas as provas, por parte da acusação e da defesa, sendo prematura, por ora, a interrupção do processo.
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 336807-8, da Comarca do Recife, impetrado em favor do paciente José Gonçalves Celestino. Acordam, por unanimidade de votos, os desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 18 / 06 /2014, em **denegar a ordem**, na conformidade do relatório, da ementa e dos votos anexos, que fazem parte integrante desta decisão.

Recife, 18 de 06 de 2014.

**Antonio Carlos Alves da Silva,**  
Desembargador Relator



241

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 336807-8**

Impetrantes: Dr. Plínio Leite Nunes e Drª Caroline do Rego Barros Santos

Paciente: José Gonçalves Celestino

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária da Comarca do Recife (proc. nº 0063518-59.2013.8.17.0001)

Procuradora de Justiça: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATÓRIO**

Os Béis. Plínio Leite Nunes e Caroline do Rego Barros Santos, objetivando o trancamento da ação penal nº 0063518-59.2013.8.17.0001, impetraram o presente *habeas corpus* em favor de **José Gonçalves Celestino**, denunciado como incurso no crime tipificado no art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/1990 (sonegação fiscal), c/c o art. 71 do Código Penal. Apontaram como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária da Comarca do Recife.

Os impetrantes querem a concessão da ordem, sob os seguintes argumentos: *a)* inépcia da denúncia, uma vez que “a inicial acusatória não descreve as circunstâncias essenciais do fato, notadamente o núcleo do tipo praticado, o nexos causal entre a conduta e o resultado, nem o respectivo elemento subjetivo” [sic, fl. 6]; *b)* falta de justa causa, pois a denúncia, baseando-se apenas na responsabilidade objetiva do paciente, que é mero sócio administrador, não apresenta elementos mínimos que evidenciem a autoria ou participação do paciente no fato delituoso.

Não houve pedido de liminar.

A autoridade coatora prestou as informações que lhe foram solicitadas (fls. 188 e 189, juntando os documentos de fls. 190 a 228).

Nesta instância, a Drª Judith Pinheiro Silveira Borba, 11ª Procuradora de Justiça, emitiu seu parecer (fls. 232 a 236), opinando pela denegação da ordem impetrada.

É o que importa relatar. Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,  
Desembargador Relator



242

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**HABEAS CORPUS Nº 336807-8**

Impetrantes: Dr. Plínio Leite Nunes e Dr<sup>a</sup> Caroline do Rego Barros Santos

Paciente: José Gonçalves Celestino

Autoridade Coatora: Juíza de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária da Comarca do Recife (proc. nº 0063518-59.2013.8.17.0001)

Procuradora de Justiça: Dr<sup>a</sup> Judith Pinheiro Silveira Borba

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

Senhor Presidente,  
Senhor (a) Desembargador (a),  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

**VOTO**

O artigo 41 do Código de Processo Penal tem o seguinte teor:

**Art. 41** – A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

A peça introdutória da ação penal em comento (fls. 190 a 192) assim narra os fatos:

“Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2004, bem como janeiro, fevereiro, março, abril, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2005 (em doze oportunidades), o denunciado, na condição de administrador da empresa Imperatriz Calçados Ltda, CNPJ nº 69.951.879/0001-53 e Inscrição Estadual nº 0192615-27, localizada na Rua do Rangel, 100, 4º andar, São José, Recife/PE, CEP 50.020.560, fraudou a Fazenda Estadual, ao omitir no livro de registro de apuração de ICMS o valor referente ao ICMS código 058-2, no valor original de 915.750,28 (novecentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), o qual deixou de ser recolhido aos cofres estaduais, conforme descrito no auto de infração nº 2009.000001511999-21.

O fato foi constatado quando da fiscalização procedida pelo Fisco Estadual no dia 30 de junho de 2009, mediante a análise do sistema fronteiras e do sistema de escrituração fiscal, posto haver se observado o lançamento das notas fiscais de mercadorias adquiridas de diversas empresas de outras unidades da federação, conforme anexo II – (CD ROM de fls. 06).

Dito lançamento, impunha a necessidade de apuração da diferença de alíquota do ICMS Antecipação Sistema Fronteiras – código 058-2 – no livro de registro de apuração de ICMS, nos termos do Decreto 14.876/91 e alterações, o que não foi efetivado, deixando assim de recolher o imposto no valor original de 915.750, 28 (novecentos e quinze mil, setecntos e cinquenta reais e vinte e oito centavos).



243

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

O ofício nº 178/2012-UNAP/DRT e as informações fiscais a ele anexas, dão conta de que o débito foi inscrito na dívida ativa em favor do Estado, em 11/07/2011, sob o nº 11919/11-6, conforme detalhamento de inscrição acostado aos autos e o extrato de débito, produzindo o ato constitutivo de lançamento, atualmente no valor de R\$ 1.127.310,78 (um milhão, cento e vinte e sete mil, trezentos e dez reais e setenta e oito centavos).

A prova da materialidade encontra-se representada pela cópia do auto de infração (fls. 04), demonstrativo de crédito tributário (fls. 05), relação das notas fiscais de mercadorias adquiridas em outra unidade da Federação (CD ROM de fls. 06).

A autoria é imputada ao denunciado, posto que é administrador da empresa Imperatriz Calçados Ltda, conforme documento de constituição de fls. 19/25. Portanto, detinha nesse período o “domínio do fato”, isto é, o poder de determinar, de decidir e de fazer com que seus empregados, e contratados executassem o ato, sendo o responsável pela prática do ilícito narrado.”

Ao contrário das alegações aduzidas pelos impetrantes, a peça acusatória descreve, com os elementos indispensáveis, a existência do crime em tese (sonegação fiscal) bem como a respectiva autoria, apontando a indubitosa materialidade e os indícios suficientes para a deflagração da persecução penal, pelo que se ajusta plenamente ao figurino do artigo 41 do Código de Processo Penal, permitindo ao réu o exercício da ampla defesa e do contraditório. —

Por outro lado, as asserções dos impetrantes, com o fito de descriminar a conduta do paciente, não trazem o mínimo de consistência argumentativa capaz de propiciar a concessão da ordem requerida, já que não demonstraram, de forma inequívoca, nenhum dos requisitos autorizadores do cancelamento prematuro do processo, a exemplo da ausência absoluta de provas, da atipicidade da conduta ou da ocorrência de causa extintiva da punibilidade.

Ademais, em sede de *habeas corpus*, o trancamento da ação penal apresenta-se como medida excepcional, que só deve ser aplicada quando há demonstração inequívoca de evidente ausência de justa causa, o que também não ocorre quando a denúncia descreve conduta que configure crime em tese. —

Dois pontos merecem especial enfoque no caso concreto:

**1º ponto.** Os impetrantes afirmam que a inicial acusatória “não esclarece (nem descreve) qual dos verbos do tipo teria sido praticado na espécie, ou seja, se houve supressão ou redução de tributo” (*sic*, fl. 8) —

Vejamos inicialmente o preceito primário do dispositivo legal que o paciente teria ferido:

**Art. 1º** – Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:



244

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

.....  
II – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;  
.....

Observe-se que a denúncia narra, como vimos na transcrição mais acima, que o ora paciente “fraudou a Fazenda Estadual, ao omitir no livro de registro de apuração de ICMS o valor referente ao ICMS código 058-2, no valor original de 915.750,28 (novecentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), o qual deixou de ser recolhido aos cofres estaduais...” (sic, fl. 190).

Ora, se o texto não faz referência expressa ao verbos do *caput* do dispositivo legal (suprimir ou reduzir), não deixa, contudo, de particularizar hipótese do caso concreto, enquadrando-a no inciso II do art. 1º da Lei 8.137/1990 (o paciente “**fraudou [em tese] a Fazenda Estadual, ao omitir...**”) [negrito meu].

Se houve supressão ou redução de tributo (considere-se que redução nada mais é que ‘supressão parcial’), isso deve ser dirimido no curso da instrução processual, e não em sede de *habeas corpus*.

**2º ponto.** Na hipótese de crimes societários, não se exige que a denúncia descreva nos mínimos detalhes a conduta do acusado, sendo suficiente que aponte a materialidade e os indícios de autoria. Garante-se ao acusado, em juízo, o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Veja-se o julgado abaixo, de relatoria da eminente Ministra Laurita Vaz do Superior Tribunal de Justiça:

**Ementa:** RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. EXORDIAL ACUSATÓRIA QUE DESCREVE SATISFATORIAMENTE A CONDUTA, EM TESE, DELITUOSA. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. DESNECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO MINUCIOSA DAS CONDUTAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Consoante entendimento pacífico na Jurisprudência dos Tribunais Pátrios, o trancamento da ação penal, bem assim do inquérito policial, é medida de exceção, possível somente quando inequívoca a ausência de justa causa, o que não ocorre na hipótese.

2. *In casu*, inexistente o alegado defeito da peça acusatória, pois ela descreve as condutas delituosas imputadas ao Recorrente, relatando, em linhas gerais, os elementos indispensáveis para a demonstração da existência do crime em tese praticado, bem assim os indícios suficientes para a deflagração da persecução penal.

3. Há indicação de que o denunciado tinha ingerência na administração da



245

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

pessoa jurídica. E, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal "[a] denúncia, na hipótese de crime societário, não precisa conter descrição minuciosa e pormenorizada da conduta de cada acusado, sendo suficiente que, demonstrando o vínculo dos indiciados com a sociedade comercial, narre as condutas delituosas de forma a possibilitar o exercício da ampla defesa." (RHC 117.173, Primeira Turma, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 07/03/2014.).

4. Recurso ordinário desprovido. (RHC 33.806/CE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 31/03/2014).

Por outro lado, sabe-se que na via estreita do *habeas corpus* somente se poderia falar de ausência de justa causa, para o fim pretendido pelos impetrantes, nos seguintes casos: *a)* se o fato imputado ao paciente não constituísse, em tese, ilícito penal; *b)* se houvesse elementos inequívocos de que a conduta do paciente estivesse abrigada em alguma causa excludente de ilicitude, *c)* se existisse prova clara e de pronta detecção de que o acusado não fosse o autor dos fatos narrados. Tal, *prima facie*, não é o caso dos autos.

Assim, o encerramento precoce do feito, por falta de justa causa, só se viabilizaria, em via de *habeas corpus*, se demonstrada, de plano, uma manifesta deficiência de seu conteúdo. A denúncia de fls. 190 a192 descreve, com todos os elementos indispensáveis, a existência, em tese, do crime tributário, de forma que permite a articulação defensiva.

Outrossim, analisar pormenorizadamente as asserções dos impetrantes, em sede de *habeas corpus*, seria apreciar o mérito da causa a ser enfrentado pela juíza do feito, por ocasião do julgamento da ação, o que implicaria supressão de instância.

Em suma, o presente *mandamus* encontra-se fadado ao infortúnio, não só porque os impetrantes não demonstraram atipicidade da conduta do paciente, mas também porque não apontaram em que residiria a inépcia da denúncia, de forma que fica afastada a argumentação de falta de justa causa para a instauração da ação penal em referência. De mais a mais, nas impetrações de *habeas corpus* para trancamento da ação penal, excepcional é a concessão, não a denegação.

Portanto, de acordo com o parecer da ilustre Procuradora de Justiça, **denego a ordem** impetrada, e, por oportuno, a título de recomendação, determino que se oficie imediatamente à autoridade coatora, para que, com a máxima urgência, procure dar bom termo à pendência acima indicada.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,  
Desembargador Relator